

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do
Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal,
Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

AFASTAMENTO

O ministro André Mendonça, relator do caso do Banco Master no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta terça-feira, 8, afastar o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, de suas funções. Mendonça também afastou preventivamente o diretor de Inteligência da PF, Leandro Almada. O ministro atendeu a pedido do partido Novo.

GRAVIDADE

O ministro justificou a urgência da medida diante do que disse ser a “superlativa gravidade” e “ilicitude” da divulgação de “relatórios de inteligência” da PF pelo ministro Alexandre de Moraes. O movimento ocorre após Moraes ter tornado público um relatório da PF em que se sugere um possível direcionamento das investigações contra desafetos políticos de Mendonça.

MAIS

“[O episódio] impõe a adoção de providências imediatas para evitar que as prerrogativas da magistratura, da advocacia pública e da própria atividade policial continuem sendo vilipendiadas”, escreveu o ministro. Mendonça destacou ainda que o relatório em questão faz ele próprio o alerta de que suas “inferências” são “sem valor probatório”.

ARTIGO//

O que MT vai fazer com o seu subsolo

Nos últimos anos passou a ser comum o produtor rural procurar orientação depois de receber a visita de uma empresa interessada em pesquisar minério dentro da fazenda dele. As perguntas se repetem. Ele é obrigado a permitir a entrada? O que está assinando? A lavoura continua? Quem responde se algo der errado? Essas conversas, que há dez anos eram raras em Mato Grosso, dizem sobre o momento do Estado mais do que qualquer estatística de produção.

A mineração mudou de tamanho por aqui. Ganhou espaço no debate econômico, atraiu investidores que antes olhavam apenas para outras regiões do país e trouxe para a mesa temas que ficavam restritos a quem já atuava no setor. Isso não aconteceu por acaso. Mato Grosso tem território extenso, diversidade geológica e ocorrências relevantes de ouro, cobre, zinco, calcário, fosfato e terras raras, em um mundo que passou a tratar mineral estratégico como questão de segurança econômica, e não apenas como commodity.

É nesse contexto que a sanção da Lei Estadual nº 13.559/2026, que institui a Política Estadual de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, merece ser lida com atenção. Vejo nela menos um texto normativo isolado e mais uma mudança de postura. Durante muito tempo tivemos potencial mineral sem política pública organizada para ele. Havia geologia, havia projetos, havia arrecadação, mas faltava planejamento, produção de conhecimento e uma estrutura capaz de pensar o setor além da demanda do dia seguinte. A nova lei começa a ocupar esse espaço vazio, e o faz tratando a mineração como estratégia de desenvolvimento.

Existe uma questão elementar do setor que raramente chega ao debate público: saber que uma região tem potencial mineral não é a mesma coisa que conhecer o território. Pesquisa mineral custa caro, demora e envolve risco alto de não encontrar nada aproveitável. Quanto melhor a informação geológica disponível, menor esse risco e maior a chance de o projeto sair do papel. Por isso considero decisivo que a política estadual trate de levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos e da organização das informações sobre

os recursos minerais do Estado.

Mato Grosso ainda tem muito a conhecer sobre o próprio subsolo, e esse conhecimento não serve apenas às mineradoras. Serve ao Estado, que planeja o território, aos municípios, que precisam saber o que esperar da própria economia, e à sociedade, que tem o direito de discutir com informação o que será feito de um bem que pertence à União e produz efeitos locais permanentes. O segundo ponto que destaco na lei é a inclusão da transformação mineral. Se a conversa sobre desenvolvimento terminar na retirada do minério do solo, ela termina cedo demais. Beneficiamento, indústria, tecnologia e agregação de valor significam fornecedores instalados aqui, empregos qualificados, arrecadação e riqueza que permanece no Estado depois que a jazida se esgota. Mato Grosso conhece bem essa lógica. O agronegócio se tornou o que é não porque plantou mais, mas porque construiu ao redor da lavoura uma rede de logística, armazenagem, pesquisa, serviços e indústria. A mineração precisa ser pensada com a mesma ambição.

Esse debate tem uma característica que é nossa. A mineração avança sobre um território onde o agronegócio já está consolidado, e as duas atividades vão se encontrar cada vez mais. Já se encontram. Projetos minerários alcançam áreas produtivas e abrem discussões sobre acesso, indenização, convivência entre lavoura e pesquisa, recuperação do solo, passivo ambiental e implantação futura de lava. Tratar esse encontro apenas como conflito é desperdiçar uma oportunidade rara. Fosfato, calcário e remineralizadores fazem parte da rotina do campo, o Brasil segue dependente da importação de fertilizantes, e um Estado que é potência agrícola tem tudo a ganhar com uma política que aproxime as duas cadeias.

Isso não significa fingir que não existem tensões. Elas existem e se resolvem com contratos equilibrados, responsabilidade ambiental efetiva, recuperação adequada das áreas e previsibilidade para os dois lados. O produtor precisa saber exatamente o que está autorizando e o que recebe em troca. Quem investe precisa saber que o acordo firmado hoje vai valer daqui a cinco anos. O que não se sustenta é a ideia de que uma atividade só cresce à custa da outra.

Chego então ao ponto que considero indispensável. Não existe investimento

mineral relevante sem segurança jurídica. Entre a pesquisa, os estudos, o licenciamento, a implantação e a primeira tonelada produzida pode se passar uma década. São decisões tomadas olhando para trinta anos à frente. Por isso, tão importante quanto conhecer nosso potencial é construir um ambiente em que as regras sejam claras e o caminho seja compreensível antes do primeiro real investido.

A regulamentação da nova lei será decisiva nisso, e é onde mora o principal risco. Uma política criada para estimular o setor pode virar mais uma camada de burocracia se os cadastros e instrumentos de controle forem desenhados sem conversar com o que já existe. A tecnologia disponível permite integrar as bases da ANM, da SEMA, da SEDEC e dos demais órgãos. Exigir do empreendedor um dado que o próprio Poder Público já tem guardado é retrabalho, não é fiscalização. Simplificar não é reduzir controle. É fazer controle melhor, com informação confiável e no tempo certo.

A lei é o começo. O Plano Estadual de Geologia e Recursos Minerais precisa sair do papel. O Conselho Estadual precisa funcionar de fato e reunir quem conhece a realidade da mineração, incluindo o pequeno e o médio empreendedor e a atividade garimpeira, que fazem parte do nosso setor mineral tanto quanto os grandes projetos. Os recursos destinados ao desenvolvimento mineral precisam voltar em conhecimento geológico, estrutura e melhoria do ambiente de negócios. E o Estado precisa se aproximar da União, especialmente da Agência Nacional de Mineração, além de trazer municípios, universidades e produtores rurais para a construção.

Mato Grosso não precisa copiar o modelo de nenhum outro Estado. Temos distâncias enormes, gargalos logísticos, áreas geologicamente pouco conhecidas e uma economia rural forte. Nossa política mineral tem que partir daí. Durante anos discutimos se havia potencial no nosso subsolo. Há. Agora começamos a ter instrumentos para discutir outra pergunta, mais difícil e mais interessante: o que Mato Grosso vai fazer com ele.

Pamela Alegria é advogada especialista em Direito Mineral e Ambiental e atua no setor mineral em Mato Grosso.

VEREADORES COBRAM AGILIDADE DO SAMAE PARA EVITAR FALTA DE ÁGUA EM TANGARÁ

Vereadores de Tangará da Serra se reuniram nesta terça-feira, 8, com o diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), Marcos Scolari, e servidores da autarquia para tratar dos problemas relacionados ao abastecimento de água em diferentes bairros do município. A reunião foi motivada pelos registros de falta de água, mesmo com os reservatórios que abastecem a cidade apresentando níveis considerados satisfatórios.

Durante o encontro, o presidente do Legislativo Municipal, vereador Edmilson Porfírio, cobrou esclarecimentos sobre as causas das interrupções e agilidade na instalação e funcionamento da nova Estação de Tratamento de Água (ETA) modular. “Convocamos o diretor do Samae e sua equipe para prestar esclarecimentos sobre a falta de água em diversos bairros da cidade”.

Segundo o vereador, recursos para a transposição e implantação da nova ETA passaram pela Câmara Municipal. Por isso, ele reforçou que o Legislativo tem cumprido seu papel e que, neste momento, a prioridade deve ser acelerar a instalação do novo equipamento. “Pedi ao diretor agilidade e que cobre a empresa responsável para colocar mais efetivo na instalação da ETA modular”, ressaltou.

Durante a reunião, representantes do Samae informaram que atual-



FOTO: DIVULGAÇÃO

mente o sistema trabalha com capacidade de tratamento de aproximadamente 340 litros de água por segundo, volume que, segundo os esclarecimentos apresentados, está próximo do limite operacional.

A autarquia também explicou que uma ocorrência pontual contribuiu para a redução temporária da capacidade de tratamento. A presença de algas na água da represa teria provocado o entupimento dos filtros, exigindo a realização de manutenção e limpeza.

Para o vereador, a situação reforça a necessidade de acelerar a implantação da nova ETA, que deverá ampliar significativamente a capacidade do sistema. A expectativa é que a estrutura permita elevar o tratamento de água dos atuais 340 litros por segundo para cerca de 500 litros por segundo.

Guerra de relatórios

O relatório foi tornado público por Alexandre de Moraes no âmbito do chamado inquérito das Fake News, do qual ele é relator e que possui como objeto original ameaças e notícias falsas tendo como alvo ministros do Supremo. A atitude foi tomada em resposta à divulgação por Mendonça de um relatório com mensagens que teriam sido enviadas a Moraes no ano passado pelo ex-banqueiro Daniel Vercaro, antigo dono do Banco Master e suspeito de praticar fraudes financeiras bilionárias.